

Vital Brazil e o caso da Casa Armbrust, as relações entre a ciência, os cientistas e a gestão em saúde pública

Vital Brazil and the case of the Casa Armbrust, relations between science, scientists and the public health management

Sabrina Acosta¹

1.
Bacharel em filosofia pela FFLCH – USP, integrante do Grupo de Pesquisa em Epistemologia Histórica da Cultura Científica, Laboratório Especial de História da Ciência/ Instituto Butantan. Contato: sabrina.acosta@butantan.gov.br

Resumo

Este artigo aborda as relações entre cientistas e gestão pública em saúde no Estado de São Paulo, a partir de um estudo de caso – o contexto de um contrato entre o Instituto Butantan e a Casa Armbrust e Cia, uma empresa comerciária especializada em venda e comércio de produtos diversos. O Contrato foi firmado na gestão de Vital Brazil como diretor do Instituto Butantan e Arthur Neiva como Diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo no ano de 1917. Nesse período Vital Brazil deixa a direção do Instituto por não concordar com as políticas adotadas por Neiva, esses e outros acontecimentos são analisados neste artigo, procurando demonstrar posturas e entendimentos conflitantes dos dois cientistas que ocupavam lugares diferentes naquele momento, trazendo elementos significativos para a compreensão das relações entre política pública e produção científica. Os desdobramentos do contrato possibilitam a reflexão sobre os jogos de interesses envolvidos entre os cientistas e a gestão em saúde pública.

Palavras-chave

Casa Armbrust, Instituto Butantan, Vital Brazil, Arthur Neiva, Saúde pública

Abstract

This article discusses the relationship between scientists and public health management in the State of São Paulo, from a case study – the context of a contract between the Instituto Butantan and the Casa Armbrust e Cia, a construction company that specializes in the sale and trade of various products. The contract was signed in the management of Vital Brazil as director of the Instituto Butantan and Arthur Neiva as director of the Department of health of the State of São Paulo in the year 1917. During this period, Vital Brazil leaves the direction of the Institute by do not agree with the policies adopted by Neiva, these and other events are analyzed in this article, seeking to demonstrate postures and conflicting understandings of the two scientists who occupy different places in that moment, bringing significant elements for the understanding of the relationship between public policy and scientific production. The unfolding of the contract allow the reflection about the games of interests involved between the scientists and the management in public health.

Keywords

Casa Armbrust, Instituto Butantan, Vital Brazil, Arthur Neiva, Public health

Introdução

O desenvolvimento do Instituto Butantan no seu primeiro período (1901-1927)², tem a forte influência das diretrizes adotadas por seu diretor Vital Brazil: uma ciência pautada na resolução de problemas da saúde pública paulista. A saúde como bem público e de responsabilidade do Estado foi um de seus ideais, refletidos em documentos públicos, mencionado em seus relatórios e nas tomadas de decisões à frente da gestão do Instituto.

O contrato com a Casa Armbrust realizado no ano de 1917, ilustra as dificuldades relativas a gestão

e financiamento de um instituto científico produtor de insumos. Permite também a reflexão sobre as políticas públicas de saúde, redes de relacionamento, interesses e conflitos que permeavam as discussões e, são assuntos recorrentes nos relatórios de gestão do Instituto.

Esse tema complexo e controverso coloca diferentes tipos de desafios aos dirigentes dessas instituições: como obter mais recursos e como ter autonomia para aplica-los. As necessidades de investimento, inovação e renovação, para qual Vital Brazil e demais diretores alertavam e solicitavam anos atrás, ainda são assuntos atuais. Dirigentes e pesquisadores do Instituto Butantan, dedicados a saúde pública questionam sobre como manter eficiente um Instituto com mais de cem anos de atuação, de maneira a permanecer entre as principais instituições nacionais de pesquisa. Que caminhos escolher para inovar e pleitear investimentos e apoio, quais estratégias promover para a produção de conhecimento em saúde pública nos dias de hoje. Essas são reflexões que as diversas instituições fazem de tempos em tempos, cada uma procurando e produzindo suas respostas.

Vital Brazil foi responsável por traçar as diretrizes institucionais por mais de uma década no Instituto Butantan. Podemos nos perguntar qual combinação de fatores proporcionou que ele permanecesse por este período de tempo como referência do Butantan. Cento e cinquenta anos depois de seu nascimento ainda é interessante pensar sobre a sua administração, refletir sobre os caminhos que ele escolheu e o legado que deixou.

Este artigo analisa a partir de um contrato, com a Casa Armbrust, as relações estabelecidas entre a ciência, os cientistas e a gestão da saúde pública. Aborda também as dificuldades encontradas e as redes de relacionamento envolvidas nesse ato aparentemente corriqueiro no cotidiano de uma instituição. Com esta análise pudemos identificar uma situação de embate de ideias, valores e perspectivas diferenciados que colocara frente a frente lugares específicos de fala: a gestão pública e a produção

científica em saúde. Para melhor compreensão das circunstâncias desse contrato nos utilizamos das discussões de Bourdieu (2004), que analisa a existência de um campo científico, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Isso nos leva a pensar sobre a autonomia e os constrangimentos do cientista em relação as suas redes de relacionamento e exigências institucionais. E assim refletir sobre os caminhos que ele escolhe para se legitimar e estabelecer as regras do seu campo de atuação.

O campo é constituído nas relações entre os agentes e as instituições científicas. Bourdieu utiliza a ideia de um microcosmo inserido em um macrocosmo, ambos com leis sociais, entretanto diferentes. O macrocosmo estabelece direcionamentos ao microcosmo que, mesmo com imposições, consegue estabelecer certa autonomia. O microcosmo é um mundo social que obedece a leis específicas, um espaço relativamente autônomo com suas leis próprias. Este trabalho parte desse pressuposto para tentar compreender as relações entre os cientistas e a gestão em saúde pública, na situação específica que nos propomos a analisar.

A criação de novas formas institucionais para fazer ciência

O final do século XIX é marcado pela revolução pasteuriana, revolução no sentido de proporcionar uma nova forma de compreender e investigar os objetos da natureza. Com as descobertas de Pasteur, a introdução da microbiologia ao mundo das ideias promove uma nova maneira de entender os fatos, e desencadeia um outro olhar para a ciência sobre saúde (Camargo, 1984). Em sua tese *Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública (1892-1934)*, Camargo faz a seguinte análise sobre as pesquisas de Pasteur:

Com os trabalhos de Pasteur verifica-se uma ruptura no pensamento científico: não se tratava mais de constatar as doenças através de observações empíricas, mas de conhecer seus agentes causadores.

As pesquisas de Pasteur representavam nesse momento histórico, o esforço de muitos pesquisadores, que durante anos procuraram descobrir os agentes causadores de inúmeras moléstias. Além de Pasteur, outros estudiosos, não só na França como na Alemanha, tentaram comprovar ou refutar as teorias. Foi na realidade uma eclosão de pesquisas, todas elas visando ao controle das doenças infecciosas. Tornara-se possível questionar a relação entre vida e morte, entre saúde e doença. O resultado foi o controle de doenças infecciosas, quando se conhecia seu agente.

Com esse novo conhecimento em jogo, o modo de pensar a saúde, os procedimentos na medicina, e a forma de realizá-la, sofrem importantes alterações. As doenças contagiosas passaram a ser observadas com um cuidado maior em sua transmissão, fatores de higiene e limpeza dos ambientes passam a ter maior importância nas investigações científicas. A imunização, a soroterapia, o papel do vetor, são fortemente estudados e colaboram para essa ruptura do pensamento científico citado pela autora. Trazendo assim novos elementos para a pesquisa científica, novas perguntas a serem respondidas.

Esse fato impulsiona as pesquisas em microbiologia, favorecendo a criação dos institutos de pesquisa brasileiros³. Pasteur além de protagonizar o desenvolvimento da microbiologia cria um modelo de instituições científicas diferente das universidades. O Instituto Butantan se espelha nesse modelo, assim como os outros institutos de pesquisa criados na mesma época, gerando um novo modo de institucionalização da ciência. Até aquele momento as pesquisas eram realizadas nas universidades, os institutos não existiam, esse modelo é reproduzido no Brasil e em várias partes do mundo, respeitando os contextos políticos e sociais de cada país (Ibañez, *et al.*, 2005).

Especificamente no caso de São Paulo, o crescimento econômico obtido, principalmente pelas plantações de café, impulsionaram o desenvolvimento de São Paulo como uma metrópole e, com isso,

4. Mascarenhas, R. dos Santos 1973.

5. Criado pela lei nº 43 de 18 de julho de 1892 como parte do projeto de organização do serviço sanitário do Estado, <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-43-18.07.1892.html> (consultado em 05.05.2015). É inicialmente denominado Laboratório de Bacteriologia do Estado de São Paulo, em 1893 é chamado de Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo, e em 1940 é rebatizado como Instituto Adolfo Lutz, em homenagem a seu primeiro dirigente. Fez parte da organização do Serviço Sanitário Estadual o qual se modificou futuramente, criando novas instituições como o Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo em 1901, atual Instituto Butantan.

a urbanização se torna uma questão premente ao poder público (Camargo, 1984). A cidade, assim como boa parte do país, era carente de condições sanitárias adequadas, existiam poucos médicos e a precariedade da saúde refletia uma população doente.⁴ Com a abolição da escravatura, a escassez de mão de obra, e o período entre guerras, a promoção da imigração (especialmente a europeia) passa a ser entendida como necessária a São Paulo. O crescimento da cidade e da população gera uma maior preocupação com a proliferação de doenças. Diante disto, o investimento em pesquisas e no saneamento básico são colocados na agenda de prioridades do Estado. Uma população doente não seria produtiva e influenciaria, de maneira negativa, diretamente nos interesses econômicos da nova República.

Com a população das cidades crescendo, a imigração para o Brasil cada vez maior, os portos passaram a ser pontos importantes de proliferação de epidemias. O serviço de saúde não era adequado e não estava preparado para combater as doenças. Para além das epidemias e endemias que acometiam a população brasileira, com a entrada de grande contingente de imigrantes, o país teve contato com doenças diferentes que se disseminaram entre a população local. Um dos pontos importantes destacados na história dos institutos de pesquisa brasileiros é a criação dessas instituições pela necessidade de combater as epidemias, só assim, acreditava-se que poderíamos ter um país próspero. Os institutos de pesquisa surgem nesse contexto.

A criação do Instituto Butantan e a legitimação do trabalho de Vital Brazil

Em 1899 com a ameaça da peste bubônica no porto de Santos, Vital Brazil, então médico ajudante do Instituto Bacteriológico⁵, foi designado a se dedicar ao assunto, e começou a trabalhar na constituição de um novo laboratório vinculado ao Instituto Bacteriológico. O propósito desse laboratório era produzir um soro ou vacina contra a peste bubônica que chegara à São Paulo pelo porto de Santos. Deste laboratório dois anos depois surge o

Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo, futuro Instituto Butantan (Brazil, 1941). Além da pesquisa sobre a peste, Brazil realizava no Instituto Bacteriológico, concomitantemente estudos sobre ofidismo, analisando acidentes com serpentes. À frente da direção de um novo laboratório decide dar continuidade às suas pesquisas nessa área, conseguindo autonomia para desenvolver o trabalho com o ofidismo.

Um instituto dedicado a soroterapia era de extremo interesse para a política sanitária da época, as dificuldades em resolver os problemas em saúde passavam por importar soro de institutos estrangeiros, importação que nem sempre era fácil. A produção de soro no Brasil era uma ideia viável e interessante, o Estado resolveria com algum investimento o problema da falta de insumos, além de poder pagar um preço menor nos produtos fabricados em território nacional. Assim, Vital Brazil consegue imprimir sua marca na ciência paulista e brasileira, a soroterapia e o estudo acerca do ofidismo se tornaram a referência do Instituto. O cientista ganha prestígio, sua pesquisa desencadeia no próprio Instituto, diversas outras dentro desse campo de atuação, que aos poucos se desenvolve.

Podemos dizer que Vital Brazil obtêm poder político e prestígio, relacionado com o reconhecimento pessoal. Sobre o poder político, Bourdieu (2004) afirma ser um poder temporal, ligado à instituição e à ocupação de cargos importantes. Este nos parece ser o caso de Vital Brazil. Ele enquanto cientista e a Instituição que ele dirige desfrutam desse poder que, neste momento, viabilizaram o crescimento do Instituto Butantan.

As mudanças no Serviço Sanitário paulista e o contrato com a Casa Armbrust

O país vivia um momento de reformulação das políticas de saúde, alteradas por uma nova visão e perspectiva. A preocupação com o meio rural passa a ter maior importância, em 1917 cria-se o Serviço de Profilaxia Geral responsável pela política sanitária das fazendas. Surgem novas articulações e novos

interesses dos personagens envolvidos (Almeida, 2003). Era um momento de mudança e esse momento necessitava de investimentos.

É importante observar as diferentes fontes de recursos dos institutos de pesquisa no início do século XX. No caso do Butantan, os investimentos partiam do governo do Estado de São Paulo. Em outros casos, como o de Manguinhos (Instituto Oswaldo Cruz), por exemplo, o investimento era do governo federal, essas diferenças permitiram que cada instituição tomasse um caminho particular em relação à aplicabilidade desses recursos.

O Butantan disputava os recursos que eram destinados a Secretaria do Interior com os demais órgãos do Estado. Já Manguinhos, de instituto municipal passou a instituto federal, de repartição de saúde pública passou a diretoria de saúde pública, com acesso direto ao ministro da justiça (Benchimol & Teixeira, 1993), esse caminho percorrido por Manguinhos proporcionou um maior acesso aos investimentos, ligados a uma política federal, diferente do Butantan que dependia de suas relações políticas estaduais para obter os recursos ambicionados.

Em 1917 o Serviço Sanitário do Estado sofre alterações em sua administração, seu diretor por anos (1898 - 1913) Emílio Ribas se aposenta e em seu lugar assume Arthur Neiva. Marta Almeida (2003) em seu livro, República dos Invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917) aborda a transição da gestão do Serviço Sanitário como estratégia política de Arthur Neiva. A autora argumenta que Neiva tem pretensão de ocupar o cargo de Diretor Geral da Saúde Pública e, para isso, era preciso minar a autonomia administrativa e financeira do Instituto Oswaldo Cruz. Marta Almeida chega à seguinte conclusão sobre esse período em relação ao Instituto Butantan:

Os novos tempos anunciavam transformações mais radicais quanto a estrutura do Serviço Sanitário, afastando pouco a pouco aquela geração de cientistas e sanitaristas das suas atribuições vitalícias durante anos, embora esses acompanhassem

6.
Soro Anti-diphtherico: soro para combater a difteria, doença causada por bactéria que causa inflamação na faringe, laringe e nariz.

as novas ênfases científicas daquele período que não mais se pautavam unicamente nos pareceres laboratoriais e clínicos dos médicos.

Nessa perspectiva não foi mera coincidência a saída tumultuada de Vital Brazil da direção do Instituto Butantan em 1919, dois anos após a aposentadoria de Ribas (Almeida, p. 321).

A gestão de Neiva tinha planos ambiciosos para o Butantan:

...dar ao Instituto condições de substituir as importações que haviam despencado em virtude da guerra, fabricando os medicamentos requeridos pelas ações que o Serviço Sanitário empreenderia contra as endemias reinantes no interior do estado; o Butantan devia se transformar numa instituição capaz de competir com o Instituto Oswaldo cruz na comercialização destes quimioterápicos, de soros, de vacinas e de uma nova categoria de terapêuticos, os opoterápicos que desfrutava de crescente aceitação entre os clínicos em virtude do desenvolvimento da endocrinologia (Benchimol & Teixeira 1993).

Esses objetivos não coincidiam com os de Vital Brazil. Neiva não consegue realizar seus planos de dirigir a política de Saúde Nacional, nem paulistana, deixando o Serviço Sanitário em 1922.

Vital Brazil já apontava em relatório de gestão a necessidade de comercializar os produtos do Instituto. Segundo ele, esses produtos precisavam ser conhecidos pelos clínicos. Outra preocupação era fazer soros competitivos para o mercado, tentando superar os produtos europeus. No relatório de 1916, observamos suas ponderações sobre a competitividade dos produtos e sua comercialização ao falar do soro anti-diphtherico⁶:

O Instituto está habilitado a fornecer grande quantidade d'este producto e como tem conseguido obter sôros mais activos do que os importados da Europa, deve dominar o mercado, impedindo tanto quanto

possível a entrada do producto similar estrangeiro. A primeira que se impõe é a fiscalização dos soros, afim de que não entrem em concorrência os sôros baixos e os que não sejam dosados ou que não tenham a dosagem assignada nos rótulos.

Outra medida que se impõe é uma propaganda inteligente, feita dos sôros preparados pelo Instituto, os quaes quasi que são completamente desconhecidos dos clínicos. Para isso seria conveniente que se creasse a secção comercial do Instituto, ou que seria melhor que entregasse a uma casa comercial d'esta Capital a representação comercial do estabelecimento (Relatório de Gestão do Instituto Butantan de 1916 pág.2).

Como estratégia para realizar seus objetivos, Neiva autoriza essa velha reivindicação do Butantan, de obter recursos financeiros por meio da comercialização de seus produtos, medida já utilizada por Manguinhos com sucesso. Assim surge o contrato com a Casa Armbrust. A direção do Butantan e os representantes do governo paulista acreditavam que a venda dos produtos da instituição, por meio de uma casa comercial era a oportunidade de captar recursos para investir na própria instituição. Nas palavras de Vital Brazil no relatório de gestão de 1917:

O desenvolvimento que tomou o Instituto já havia demonstrado a necessidade de aplicar-se às suas crescentes necessidades materiaes, o rendimento oriundo da venda dos seus productos. Já no relatório do anno passado chamávamos a atenção do Governo para esse ponto, pedindo uma lei que nos autorizasse a desenvolver a parte industrial do estabelecimento e consecutivamente a parte comercial, que nos veria fornecer os meios para o desenvolvimento científico que tínhamos o direito de aspirar.

O Dr. Director Geral do Serviço Sanitário e Dr. Secretário do Interior vieram ao encontro dos nossos desejos e fomos desde logo autorizados aplicar no próprio estabelecimento a sua renda incipiente. Estudando um plano a seguir no desenvolvimento

comercial do estabelecimento que teríamos de entregar esta parte a uma casa idônea que se encarregasse da propaganda dos productos do Instituto e de sua collocação ou teríamos de crear uma secção especial, com pessoal habilitado que se ocupasse exclusivamente d'essa missão (Relatório de Gestão do Instituto Butantan de 1917).

O contrato teve início em 21 de maio de 1917 e durou cinco anos. Por estes cinco anos, a única revendedora dos produtos do Instituto seria a Casa Armbrust, obtendo um desconto mínimo de 40% e máximo de 50% nos produtos, conforme o volume de compras realizado. Ficou estabelecido um valor mínimo de compras mensais e o Instituto recebeu na assinatura do contrato uma quantia em dinheiro a ser amortizada ao longo dos cinco anos do contrato (cerca de sessenta contos de réis). Esse dinheiro proporcionou o investimento em novos setores de pesquisa e na produção de medicamentos. A Casa ficou também responsável por auxiliar nas publicações científicas do Instituto e a fazer propaganda dos produtos fabricados. Antes do contrato com a Casa, outras iniciativas de venda eram tímidas e pouco estruturadas, o Butantan repassava boa parte de seus produtos, sem obter lucros, para os outros agentes de saúde pública, por exemplo, o Hospital de Isolamento. Acredito que o trabalho com a Casa Armbrust foi o início de uma parceria entre empresa pública e privada no Butantan, o desenvolvimento de uma relação comercial profissionalizada.

O desejo de comercializar os produtos do Instituto e torná-los competitivos para o mercado foi a maneira encontrada pelo Instituto e pelo Serviço Sanitário para investir na própria instituição e, por conseguinte, em saúde pública. Iniciativas como a criação do Horto Oswaldo Cruz, Seção de Química e outros novos investimentos foram realizados nessa época. Vemos que neste momento o Instituto aparece como uma importante instituição capaz de realizar as ambições da gestão de Arthur Neiva no Serviço Sanitário. Este trecho do Relatório de Gestão de 1917 explicita o momento:

O particular interesse que, por parte da Directoria do Serviço Sanitário, mereceu o Instituto Butantan, permitiu-lhe desenvolver-se extraordinariamente, durante o anno que findou, pela intensificação de todos os seus trabalhos e pelo alargamento de seus horizontes com a criação de serviços novos. Entre estes devemos nomear os de botanica e chimica com a instalação do Horto Oswaldo Cruz, os de ophoterapia, os de soluções medicamentosas além do preparo de novos soros etc.

A defficiencia do pessoal que trabalhavamos chamou desde logo a atenção do actual Director Geral, que procurou prover, nos limites do possível, as necessidades d'ella resultantes. Foram nomeados um assistente em comissão, quatro auxiliares, um botânico e varios serventes.

A parte material foi também largamente augmentada.

O Instituto foi autorizado pelo Governo a contractar com uma casa comercial a agencia exclusiva de seus produtos, o que lhe permittio obter os meios necessarios para as novas instalações (Relatório de Gestão do Instituto Butantan de 1917 pág. 1).

O que parecia uma solução muito vantajosa para os negócios do Instituto passou a ser questionada no ano posterior ao fechamento do contrato. O relatório de 1918, elaborado por Vital Brazil, demonstra o descontentamento do Diretor do Instituto, dizia ele que pela única vantagem de um adiantamento monetário, com plano de amortização da dívida, ficou o Instituto privado de vender seus produtos a não ser por intermédio da Casa depositária. O resultado do contrato não foi o esperado e Brazil faz um relato minucioso no Relatório, demonstrando o custo de produção dos produtos vendidos pela Armbrust, e o prejuízo acarretado ao Instituto. Segundo ele era inconveniente continuar com este contrato que comprometia os interesses do Instituto.

O contrato com a Casa Armbrust é extremamente oneroso para o Instituto e vantagem alguma econômica poderia trazer ao estabelecimento, mesmo que ele fosse fielmente cumprido pela casa depositaria. De facto examinando o contracto sob o ponto de vista de comparação das vantagens colhidas pelo Instituto e pela casa depositaria podemos estabelecer o seguinte quadro:

A Casa Armbrust (vantagem)

- 1º) Exclusividade comercial*
- 2º) Desconto de 40%*
- 3º) Bonificação de 10% sobre a venda total*
- 4º) Preferencia para as compras do Instituto, com 10% para os artigos importados.*

Ao Instituto (vantagens)

- 1º) Adeantamento de 60 contos por 5 annos sem juros, com amortizações trimestraes de 3 contos.*
- 2º) Venda minima de 120 contos por anno.*
- 3º) Venda superior a 150 contos*
- 4º) Propaganda dos productos do Instituto*

Vê-se pela simples inspecção d'este quadro que pela unica vantagem de um adeantamento de 60 contos de reis, sujeito a amortização forçada a contar do inicio do contracto, ficou o Instituto privado da liberdade de vender os seus productos a não ser por intermedio da casa depositaria (Relatório de Gestão do Instituto Butantan de 1918, pág. 11).

O contrato foi considerado mais oneroso do que vantajoso pois, o Instituto arcava com os riscos de produção (como a morte de um animal ou a inutilização do mesmo por algum motivo, contaminação do soro no momento de manipulação etc) e ficava com um pequeno lucro sobre o produto. Levando em conta estes fatores, ficava evidente ao diretor do Instituto Butantan a posição vantajosa da Casa nas vendas, destinando sempre a menor parte para o Butantan, incapaz de cobrir suas despesas de produção.

No ano de 1918 a direção do Butantan defende em relatório de gestão, pela primeira vez, o rompimento do contrato, que duraria por mais quatro

anos. Os motivos para o rompimento seriam que a Casa não atendeu todas as prerrogativas do contrato e por não ser economicamente vantajoso para o Butantan. Embora o pagamento da multa pudesse gerar mais uma despesa, o relatório aponta que em um curto período ela seria recuperada pela venda dos produtos pela própria instituição. No relatório constam três exemplos de produtos comercializados com prejuízo pelo Instituto, justificando, no entendimento do diretor, o encerramento do contrato. Entretanto, o contrato não é rompido e essa situação continua pelos anos seguintes, até o encerramento em 1922, na gestão de Rudolf Kraus.

Toda essa discussão em torno de investimentos e recursos financeiros passa pelo interesse na autossuficiência do Instituto, para a realização das pesquisas desejadas por Vital Brazil, que planejava incrementar a produção do conhecimento científico (Camargo 1984). Era necessário ter independência financeira em relação aos recursos provindos do Estado, ponderava o então diretor.

As decisões sobre os investimentos não passavam apenas pelos cientistas destinados a gerenciar e dirigir os institutos, passavam também pelos interesses da política governamental, os interesses do diretor do Serviço Sanitário e do governador de São Paulo. Existia a intenção nacional em resolver os problemas sociais provindos das condições de saúde da população e da falta de saneamento, no entanto, não necessariamente, vem ao encontro dos interesses dos cientistas na produção de conhecimento científico, idealizada no seu laboratório (Stepan, 1976). A relação entre produção de conhecimento e políticas de saúde pública é conturbada e divide opiniões quando o assunto é investimento público.

Os conflitos entre Vital Brazil e Arthur Neiva não são apenas de compreensão da ciência, são também de personalidade, de disputa por poder, ambos cientistas pretendiam manter sua posição proeminente em relação às diretrizes da gestão em saúde pública. Vital Brazil fica muito incomodado com as interferências de Neiva no Butantan, interferências que Emilio Ribas não fazia. Neiva, por sua

vez, pretendia utilizar o Butantan para competir diretamente com Manguinhos na hegemonia da saúde pública nacional, conforme apontam Benchimol & Teixeira 1993 e Almeida 2003. Não é possível afirmar que o contrato com a Casa tenha perdurado apenas por vontade de Neiva, mas é possível afirmar que as animosidades entre os dois foram alimentadas pela questão da comercialização dos produtos. A postura de Arthur Neiva frente a essa situação precisa ser melhor investigada. Certo é que em 1919, Vital Brazil se afasta do Instituto.

Vital Brazil volta ao Instituto Butantan em setembro de 1924 e em seu relatório de gestão explica os seus motivos de ter deixado a direção do Butantan em 1919, levando consigo boa parte do corpo técnico da instituição. Um dos motivos alegados são as diferenças de pensamento sobre a administração do Instituto, as diferenças de ideias entre ele e a administração do Serviço Sanitário. Uma dessas diferenças é explicitada no caso da Casa Armbrust.

Sobre os motivos que determinaram o meu afastamento que tantos comentários tem ocasionado, direi apenas que não foram de ordem compulsória, nem foram inspirados por quaisquer sentimentos de revolta contra a administração superior, como, por vezes, se tem assegurado. Foram de ordem superior e muito compreensíveis para todo e qualquer indivíduo que tenha noção nítida dos seus deveres e responsabilidades. De fato tendo dirigido e orientado o Instituto, pelo largo espaço de vinte anos, ao que parece, a contento do público e do Governo, vi, de um momento para o outro, mudada a sua orientação, por quem tinha o direito de o fazer, pois ocupava o posto hierárquico superior.

O Instituto não teria mais o caráter de estabelecimento exclusivamente oficial, destinado a auxiliar o Serviço Sanitário tanto na investigação de tudo quanto pudesse interessar à higiene, como no preparo dos produtos reclamados pela defesa sanitária. Seria transformado em uma fábrica, não só de soros, vacinas e outros produtos biológicos, como também

de solutos medicamentosos, pílulas, comprimidos, etc, com a verdadeira preocupação industrial da concorrência a outras fábricas. Para realização desse programa, foi feito, por ordem superior, um contrato comercial entre o Instituto e uma conhecida casa de armas em condições onerosíssimas para este estabelecimento, de nada valendo a justificada oposição do respectivo diretor.

Alem desse erro de gravíssimas consequências, para o futuro do estabelecimento, outro, não menor alcance, era cometido à revelia da vontade e do parecer de quem até aquela data havia guiado com certa liberdade os destinos da instituição...(Relatório de Gestão do Instituto Butantan de 1924, pág 3).

As mudanças feitas pelo diretor do Serviço Sanitário no Butantan desencadearam uma insatisfação em Vital Brazil que interpreta as intervenções como uma mercantilização do Instituto. Essas intervenções o transformaria em fábrica, deixando de atender, no seu ponto de vista, as necessidades do serviço sanitário. São essas as justificativas que ele coloca para sair da instituição, segundo seu discurso de volta à direção do Butantan.

Vital Brazil sistematiza e declara publicamente sua insatisfação no relatório de 1924, antes disso no ano de 1916 ele apóia as ações do Serviço Sanitário em formalizar a comercialização da venda dos produtos institucionais. O que em determinado momento era consenso passa a ser motivo de discordância entre as duas administrações. Neiva e Vital Brazil vislumbram caminhos diferentes para a saúde pública paulistana. As relações entre eles envolviam interesses e ambições pessoais, no microcosmo da produção científica, da gestão pública de saúde em sua relação mais ampla com o contexto social e político do período.

O apoio à comercialização era interessante pela possibilidade de obter recursos para investimento na instituição. Com a dificuldade de sempre se manter na agenda de prioridades dos investimentos em saúde pública, os institutos de pesquisa precisavam

encontrar maneiras de arcar com seus custos e financiar as pesquisas que pretendiam realizar. Por este motivo o contrato com a Casa Armbrust poderia ter sido uma alternativa interessante para proporcionar recursos à instituição, que dependeria menos dos investimentos do Estado não eram suficientes para suprir as necessidades do Instituto.

A instituição teria a oportunidade de obter recursos, independentemente da marginalidade que a produção do conhecimento científico voltada a conhecer naqueles anos frente aos interesses políticos. Esse desencadeamento permitiria ao diretor do Instituto aplicar os recursos naquilo em que acreditava ser mais conveniente ao trabalho da instituição. Por outro lado, o Serviço Sanitário teria mais verbas para investir em ações que ampliassem o escopo de atividades do Instituto Butantan, investindo em outras linhas de pesquisa e atuando na produção e comercialização. Obter mais verba era um consenso, como e no que aplicá-la era a divergência.

Com a leitura dos relatórios de gestão do Butantan observamos uma lista de pedidos de verbas para a continuidade do programa institucional. Os diretores justificavam ao diretor do Serviço Sanitário a importância de manter um projeto em detrimento de outros. Alguns pedidos eram repetidos de um ano para o outro sem solução. A obtenção de recursos por meio do Serviço Sanitário era mais difícil do que obter dinheiro com os produtos fabricados e comercializados pela instituição. A comercialização era um modo de garantir a autonomia do gestor em tomar as decisões conforme suas concepções.

Considerações finais

Entre os diferentes interesses envolvidos no que compete aos planejamentos em saúde pública, podemos observar que nem sempre os ideais dos cientistas estão de acordo com os planejamentos em saúde. Neste caso principalmente por parte de instâncias superiores aos institutos de pesquisa. Tentar conciliar os diferentes interesses para realizar uma gestão, que satisfaça a maioria das partes envolvidas

no processo, parece ser uma utopia. Vital Brazil idealizou uma maneira de desenvolver o conhecimento científico que não coincidia com os interesses do Serviço Sanitário na gestão de Arthur Neiva. Esse foi um dos motivos de sua saída da instituição.

O caso da Casa Armbrust demonstra que obter a autossuficiência financeira por meio da comercialização de seus produtos, era uma alternativa muito interessante para o desenvolvimento do Instituto. Infelizmente o contrato apresentou-se mais danoso a instituição do que compensador. Entretanto, possibilitou observar que a gestão de saúde pública demonstra a dificuldade de realizar na gestão aquilo que se idealizava enquanto intelectual e cientista.

Vital Brazil e Arthur Neiva foram cientistas importantes para o desenvolvimento científico em saúde pública, entretanto seus posicionamentos sobre como promover saúde pública eram diferentes. Suas diferenças se tornaram obstáculos para seus trabalhos enquanto administradores. Culminando na saída de Vital Brazil e com ele a maior parte do corpo técnico do Instituto Butantan. Isto prejudicou o trabalho da instituição, em um período de extrema dificuldade na reposição desses profissionais, por falta de mão de obra qualificada. Por outro lado, possibilitou ao Butantan experimentar outras lideranças, internas e externas, que promoveram mudanças na direção do Instituto, resolvendo velhos problemas e trazendo conhecimentos novos para o desenvolvimento da instituição.

A história do desenvolvimento científico passa por conflitos de ideologia, relações sociais, interesses políticos, interesses econômicos, entre outros pontos de interesse. Observar a trajetória de Vital Brazil dentro desse contexto complexo ilumina a nossa reflexão sobre ciência atualmente. Podemos nos questionar até que ponto as relações estabelecidas no campo científico permitem algum tipo de autonomia no fazer científico, e o quanto esta autonomia está entrelaçada em outros campos de poder.

As escolhas de dirigentes, pesquisadores e cientistas refletem a experiência no contexto em que atuam. Atuar na produção da ciência e na gestão de

ciência são coisas que se diferenciam e se mesclam em uma complexidade muito interessante. Pensar sobre isso ajuda a refletir sobre os caminhos já escolhidos para desenvolver as políticas em saúde pública. E ainda, pensar o quanto as relações entre as diferentes gestões e seus diferentes personagens interferem nos resultados de um projeto.

A experiência com a Casa Armbrust demonstrou como naquele período era possível obter alguma verba para investimento com mais facilidade. E com isso elucidou os inúmeros interesses dos diferentes personagens da gestão em saúde. Apenas em 1989 o Butantan consegue uma importante flexibilidade na gestão dos seus recursos com a criação da Fundação Butantan, que fortalece a instituição e possibilita um novo período de crescimento e inovação.

Refletir sobre as influências e as relações em jogo no passado institucional possibilita a compreensão dos projetos realizados e daqueles que não chegaram à concretização. Desta forma, é possível avaliar as escolhas e os caminhos traçados, entendendo melhor a cultura institucional que conforma os horizontes contemporâneos da instituição. As relações de poder refletem as medidas adotadas e evidenciam os vínculos e os conflitos entre o microcosmo e o macrocosmo dos quais Bourdieu nos fala, proporcionando assim, uma tentativa de compreender a ciência produzida no Instituto Butantan.

Referências

- Almeida M. *República dos invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003. 370 p.
- Benchimol JL. Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1899-1937. In: Benchimol JL. (Org.). *Manguinhos do sonho a vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz, 1990. p. 5-88.
- Benchimol JL, Teixeira LA. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Ufrj, 1993. 225 p.
- Bourdieu P. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. 86 p.
- Brazil OV. *Contribuição para a história da ciência no Brasil*. Minas Gerais: Casa de Vital Brazil, 1989. 132 p.
- Brazil OV. *Vital Brazil e o Instituto Butantan*. Campinas: Unicamp, 1996. 93 p.
- Brazil V. - *Memória histórica do Instituto Butantan*. São Paulo: ElvinoPocai, 1941.
- Camargo AM. *Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de Saúde Pública em São Paulo (1892-1934)*. 1984. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
- Dos Santos RM. *História da Saúde Pública no Estado de São Paulo*. Rev. Saúde Públ. 1973.
- Ibañez N, Sant' Anna OA. Instituto Butantan: a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da Saúde em São Paulo. In *450 anos de História da Medicina Paulista* Natalini G & Amaral JLG 450: 318-364.
- Ibañez N, Wen FH, Fernandes SC. Instituto Butantan: história institucional. Desenho metodológico para uma periodização preliminar. *Cadernos de História da Ciência*, 2005, 1(1), 115-144.
- Relatórios Anuais do Instituto Butantan. 1916 - 1922 e 1924. (Núcleo de Documentação do Instituto Butantan)

- Stepan N. *Gênese e evolução da ciência brasileira*.
Rio de Janeiro: Artenova, 1976. 188 p.
- Teixeira LA, Dantes MAM. *Repensando a história do Instituto Butantan*. In: Dantes MAM (org.).
Espaços da ciência no Brasil (1800-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, 159-184.
- Vaz E. *Fundamentos da História do Instituto Butantan: Seu Desenvolvimento*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1949. 123 p.

Data de Recebimento: 31/07/2015

Data de aprovação: 24/08/2015